

A Avaliação Institucional: um processo de reflexão e sistematização para o aperfeiçoamento da atuação universitária

Eronita Silva Barcelos¹

Resumo: Aborda referenciais da Avaliação Institucional tematizando a complexidade da mesma, sua importância e necessidade na qualificação da atuação universitária. As vertentes de onde se geram os referenciais e a explicitação dos princípios orientadores da Avaliação Institucional, enquanto reflexão e sistematização do projeto institucional na sua globalidade, são tematizados neste texto.

Palavras-chave: Avaliação institucional, qualificação universitária, referenciais de avaliação, projeto institucional.

Abstract: The texts deals with Institutional Evaluation references, discussing its complexity, its importance and necessity for the improvement of university performance. The texts furthermore discusses the underpinnings from which these references are generated and clarifies the guiding principles of Institutional Evaluation as they relate to the systematization of the institutional project in its entirety.

Key Words: Institutional Evaluation, university qualification, evaluation references, institutional project.

1. Explicitações Introdutórias

A responsabilidade de ocupar, de forma privilegiada, o espaço da palavra do lugar de painalista neste IV Encontro Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Brasileiras me impõe a necessidade de expressar, de início, algumas inquietações e os fundamentos da motivação para o ousadia de exercê-lo.

As inquietações estão referidas ao desafio de poder, com efetividade e pertinência, contribuir para a produção do debate criativo e capaz de gerar avanços qualitativos para o processo avaliativo, ou seja, organizativo-constitutivo da atuação de nossas Universidades. E, ao mesmo tempo, de contribuir para a ampliação e aprofundamento dos marcos referenciais a uma cultura brasileira de avaliação.

A complexidade da tarefa de construir lucidez sobre o lugar e o papel da Universidade no contexto de transição histórica com as múltiplas e agudas mudanças,

porque passa a sociedade e as instituições por ela criadas, é uma realidade que exige redobrada atenção e um olhar cada vez mais aprofundado sobre seu papel e sobre a processualidade e os instrumentos de suas relações com essa mesma sociedade.

Nesse sentido, a indagação sobre qual a conformação a ser dada a avaliação enquanto um processo que construa visibilidade, iluminando o processo de construção/reconstrução do projeto da Universidade que se quer, é recorrente e sempre exigente de aprofundamentos. É pertinente, pois, o alerta que faz um dos membros da Comissão Coordenadora da Avaliação Institucional da UNIJUÍ, em texto escrito para subsidiar a elaboração do projeto para a etapa 2000 desse processo, assim explicitado:

“...perguntar pela atualidade da avaliação que fazemos, é fazer a pergunta sobre como a avaliação pode propiciar e provocar a Universidade para não se descolar de sua tarefa, que é cambiante e, portanto, trágica: ao buscar tematizar o mundo e a sociedade, chega um momento em que uma concepção se hegemoniza e se consolida mas, então

1 Professora e Reitora da UNIJUÍ/RS

já é tempo de destruí-la e superá-la. ... Quais são os elementos que permanecem atuais e fecundos e quais aqueles que representam limites e são exigentes de superação?" (SILVA, 2000).

Eis a constante tensão entre o instituído e o instituinte que inquieta, interroga e pede atenção e participação despertas, inventivas, pessoal e coletiva geradoras de um sentido mais aguçado da responsabilidade.

Quanto à motivação encorajadora de constituir-me painalista, apesar da responsabilidade e da exigência desse lugar, encontra razão na oportunidade de compor ao lado dos outros deste evento, o espaço da dialogicidade que qualifica as exposições e, no contraponto das interpretações e interpelações diversas, tece significados novos, conferindo pertinência ao texto primeiro.

Os referenciais que colocarei à disposição como um conteúdo desse diálogo são uma opção entre outras e produção aurida na experiência da avaliação institucional de uma universidade, a UNIJUÍ, que tem evidentemente sua especificidade, o que já aponta para a necessidade da problematização permanente, provocando a emergência do entendimento do dito e do não dito.

2. Vertentes de onde se constroem os referenciais:

A necessidade e exigência de um processo qualificado de avaliação das Universidades Brasileiras e por elas mesmas, podem ser dimensionadas, de forma muito bem posta, na indagação contextualizada que faz Barbosa (1995, p.61):

"Em áreas periféricas, como a América Latina, o papel da Universidade no processo de recomposição e de transformação da sociedade não é apenas importante, mas imprescindível. Instituição cultural responsável pela produção e difusão do conhecimento, a Universidade tem sido, historicamente, a principal geradora das transformações e dos avanços que afetam a sociedade. A questão crucial que se levanta, hoje, na América Latina, é se ela está preparada para o gigantesco desafio do novo milênio".

E esta questão gera uma outra tão crucial quanto ela, qual seja: como dar conta da compreensão do que seja esse desafio?

Entendo que tais indagações passaram a exigir-nos um continuado e agudo repensar sobre o modo de ser e

de fazer de nossas instituições, o que implica em avaliação de práticas, revisão de paradigmas, discussão de princípios fundantes, análise de rumos.

Lembro aqui Cleci Maraschin (2000) alertando que a instituição não tem um núcleo imutável. Ela tem data e contexto histórico de nascimento, é uma instituição que se transforma no espaço-tempo da transformação da sociedade e é constituída por uma tessitura de discursos e de práticas. (2000:110).

Propõe-se, dessa forma, a avaliação institucional como forma de se concretizar o propósito de visualização crítica da universidade e de como precisa ser em contexto dos tempos mudados. São estas formas de conceber a avaliação que revelam o compromisso ético-social da mesma. Assumo aqui a concepção de crítica como o exercício de uma reflexão ampla e profunda, capaz de oferecer elementos para uma tomada de posição consciente.

Como se vê, a construção de referenciais ancora-se nas variáveis do contexto social – externo à Universidade – e do contexto interno – estrutura e dinâmica institucional.

O contexto social se constitui das construções históricas no âmbito das diversas esferas da sociedade – política, econômica, educacional, científica, tecnológica e cultural – com os reflexos e contundências das mudanças advindas no processo de sua evolução. Aí se inscrevem, também, as políticas da educação superior expressas na legislação, nos programas e projetos dos órgãos centrais do sistema; na estrutura e funcionamento desse Sistema em termos da administração, do acompanhamento, da avaliação, do fomento do ensino e da pesquisa. É preciso nos reportarmos de contínuo ao que ocorre (e como ocorre) nesses cenários que afetam, por óbvio, a Universidade.

Fundamental, porém, é ter-se o que avaliar, ou seja, uma instituição que como tal é uma estrutura decorrente de necessidades básicas da sociedade, com uma dinâmica própria, com um projeto, expressão das visões, das vontades e das decisões de seus instituintes. Externo e interno são âmbitos imbricados, embora com especificidades bem marcadas.

Reconhecendo estes cenários como *locus* de produção de demandas e de constantes transformações, na UNIJUÍ definiu-se que:

"O Processo de Avaliação Institucional ... tem caráter de continuidade, permanência e, fundamentalmente, de atualidade. Mantém-se o processo e a sua intencionalidade – afinar pela avaliação a atuação da UNIJUÍ com as demandas da sociedade que lhe efetiva e dá sentido – e, de

tempo em tempo, de acordo com as dinâmicas e as necessidades históricas e institucionais e do contexto social em que se insere, são intensificadas as atividades avaliativas e reconsensualizadas suas concepções e objetivos". (UNIJUÍ, 1997, p.1).

Para dar concretude a este propósito, dois princípios norteadores caracterizam Avaliação Institucional na UNIJUÍ: Reflexão e Sistematização de sua atuação, sempre tendo presente sua identidade de instituição comunitária, pública não estatal.

3. Os Referenciais da Avaliação como Reflexão e Sistematização permanentes

Da Avaliação Institucional – entendida como atividade organizadora, sistemática e orientadora da reflexão das ações da universidade e como uma opção política de revisar o trabalho institucional de forma abrangente e participativa - podem emergir (re)significação, (re)conceitualizações, (re)posicionamentos no sentido da atuação e das razões de ser da Universidade. A Avaliação tem, pois, como fundamento ser um processo sistemático/contínuo de reflexão e sistematização para o aperfeiçoamento da qualidade institucional.

Reflexão enquanto um profundo repensar que remete à exigência de reconstrução teórico-prática do fazer universitário e que desafia à superação de entendimentos, lançando bases para formulações novas e atualizantes.

Reflexão que é exame de si mesma em seu conteúdo e forma, como a possibilidade por excelência, de produzir e garantir sua autonomia.

Avaliação da Universidade em sua globalidade, isto é, nas diversas imbricações de seu complexo de programas e de ações, sendo por decorrência *avaliação do todo pelo todo*.

Sistematização que é tematização e contextualização dos processos, das práticas, dos paradigmas e de rumos propostos e buscados, bem como de intencionalidades expressas em objetivos, em diretrizes e em metas.

Sistematização entendida como processo de produção de conhecimento que se realiza pela aproximação de conceitos e pelo aprofundamento do conhecimento do contexto no qual eles se produzem e organizam, realimentando as práticas que geram e viabilizam. Pela sistematização dá-se a organização do que foi elaborado como resultado do processo da ação reflexiva sobre a processualidade, os objetivos, as práticas individuais e coletivas, sobre os dados e informações concernentes à atuação da Universidade como um todo. Estrutura-se com

a sistematização marco conceitual básico que possa assegurar certa unidade de concepções.

Reflexão e sistematização asseguram a construção do auto-conhecimento institucional, conferindo à Avaliação Institucional ser um processo que:

- resgata e organiza dados, informações, saberes e práticas;
- registra interpretações em unidades de significados;
- produz análises e socializa entendimentos;
- valida sentidos e perspectivas pela publicização desveladora dos mesmos.

Em suma, possibilita a produção atualizada da existência da vida institucional, porque o objeto da Avaliação Institucional é a globalidade da instituição em todas as suas dimensões.

A Instituição, sabemos, não é algo abstrato. É sim a concretude da cotidianidade dos que nela convivem pelas interrelações pessoais, nas relações de saberes pelos sujeitos que participam da animação de um espaço de sentidos, de valores, de vivências que lhe dão a marca e que lhe conformam a imagem.

É preciso que se considere as dimensões que se conjugam no processo avaliativo. São elas: a dimensão ético-política que remete à avaliação a perspectiva de gerar a melhoria, a qualidade ou a excelência acadêmica como compromissos inerentes à Universidade. Exige a publicização pela socialização e debate das questões perquiridas pela avaliação institucional. A publicização vitaliza o compromisso ético e enriquece a cultura da avaliação como permanente reflexão e sistematização. E a dimensão teórico-científica que investiga e fundamenta o cotidiano institucional, imprimindo visibilidade de si mesma e se apropriando eficientemente de seu próprio destino. No leito desta dimensão se instaura a beleza e rigorosidade da interlocução dos sujeitos no contexto das suas áreas de saber e de suas competências, constituindo-se eles em comunidade argumentativa.

Ambas as dimensões responsabilizam a avaliação e a quem a faz a uma busca construtiva da qualidade e da excelência não excludentes, mediante a identificação e análise dos acertos e das dificuldades, apoiadas em critérios que devem coordenar "*mérito e relevância científica e acadêmica com relevância e efetividade social*" (Belloni, 1999:203)

Esta concepção de qualidade tem a ver com relevância social das ações. Pede, portanto, que se tenha a preocupação de aprofundar o entendimento sobre o que se faz, o que fundamenta a proposta desse fazer, o que ela tem a ver com a concretude da realidade que é complexa e está muito, muito mesmo, além do que simplesmente

ser fonte de respostas ao mercado. Se se quer construir liberdade e vivê-la é conveniente que a questão da qualidade seja assumida não como a produção de arranjos aparentes. Ou, em outras palavras, a qualidade buscada por um processo de avaliação é uma questão de essência e de excelência nas ações e não de aparência.

Na UNIJUÍ a Avaliação Institucional vem gradativamente tornando-se processo intrínseco do fazer universitário, enquanto consciência da importância e da necessidade da mesma para o adequado trato do Planejamento de Desenvolvimento Institucional configurando as políticas e diretrizes embasadoras e orientadoras da atuação institucional.

Por isso, a avaliação como processo de qualificação universitária é uma das Diretrizes Institucionais do Ensino na UNIJUÍ, no conjunto das dez constantes da Resolução do CONSU nº 8/99.

Estes referenciais todos tiveram também bases e origem no PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, que continua sendo referência seguidamente retomada. Igualmente o PAIUNG – Plano de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas, em especial as aprendizagens e aprofundamentos desenvolvidos nos diversos encontros realizados desde o ano de 1995.

Cumprindo, finalizando minha fala neste painel, ressaltar que a metodologia, a processualidade desta tarefa na UNIJUÍ desde as atividades de diagnóstico, debates por grupos, discussões e decisões, sensibilização, articulação, registros até a formulação de novos modos de agir, de proposições reorientadoras do fazer universitário e da Avaliação Institucional mesma têm, como dominância, a participação e a democratização de todas as informações e operações acerca do processo avaliativo, a capacitação instrumentada dos sujeitos para a participação, o respeito à estrutura organizativo-funcional da Universidade e um consciente e fundamentado processo de coordenação e

liderança nas diversas etapas do desenvolvimento do Projeto de Avaliação Institucional.

Esta não é uma tarefa simples e nem tão pouco vista e atendida com desempenhos homogêneos. A diversidade, as divergências, os recuos, as omissões, a evasão e até o “demitir-se de” são aspectos que permeiam o processo desejado e aprovado na Universidade.

Mas é possível afirmar-se que ninguém na UNIJUÍ,

hoje, ignora o que seja este desafio, como ele se desenha e qual sua proposta de desenvolvimento. Por isso pode contestá-la, pode arguir sobre sua efetividade, pode ser rigoroso em suas análises, enfim pode concordar ou discordar. E como se entende esta condição? Entende-se como a pró-

pria crítica, como o caminho da reflexão que é na sua gênese problematizadora, o que direciona para a sistematização.

O fato de já termos na UNIJUÍ feito a experiência de implementação do projeto, em uma primeira fase, no todo de sua proposição, ou seja, desde a auto-avaliação, avaliação externa por pares, pelo mercado, avaliação externa por consultores de universidades de outro país, construímos confiança ou aprendemos a acreditar nas possibilidades e na eficiência da avaliação institucional na magnitude de sua abrangência.

Queremos continuar aprendendo com a experiência, nos dispomos a crescer no diálogo e práticas solidárias com outras universidades, precisamos avançar no entendimento do que pode ser e do que pode promover a avaliação institucional. Reivindicamos ser partícipes da qualificação da universidade brasileira e consequentemente da transformação da sociedade.

Somos aprendizes e assim nos colocamos junto às demais universidades e junto à sociedade, buscando construir inteligência coletiva pela “cultura do contato e do envolvimento recíproco que nos incita a olhar o mais longe possível no tempo, no espaço e no pensamento” (Lévy, 1999:34).

**A diversidade, as
divergências, os recuos, as
omissões são aspectos que
permeiam o processo.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Antonio José. A Educação no Século XXI: o desafio da integração. **Desafios da Educação no Século XXI: integração regional, ciência e tecnologia**. Brasília: ABM, 1995. P. 61-64.
- BARCELOS, Eronita Silva. **Avaliação Institucional da UNIJUÍ: uma experiência em construção**. Monografia. UNB, 1999.
- _____. *Avaliação como processo compartilhado*. Texto debatido em Seminário na Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 1998.
- BARCELOS, Eronita S. e SILVA, Ilton Benoni. A Formação na Ótica da UNIJUÍ. In: **Relatório do Seminário Temático - Formação**. Ijuí: COMUNG, ago. 1997. (Relatório II).
- BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: SOUSA, Eda C.B.M. (org.) **Avaliação Institucional: leituras complementares**, Brasília: UNB/Cátedra UNESCO, 1999.
- BRUM, Argemiro Jacob. UNIJUÍ; **Uma Experiência de Universidade Comunitária: sua história, suas idéias**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994.
- _____. Depoimento. In: UNIJUÍ/CAI. **Avaliação Institucional: Relatório do Dia da Avaliação e Proposta de Continuidade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, set. 1996. (Cod. da Avaliação Institucional:4).
- LÉVY, Pierre. A Internet e a crise do sentido. In: **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- MARASCHIN, Cleci. Conhecimento, Escola e Contemporaneidade. In: LÉVY, Pierre. **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/ SESu. Comissão Nacional de Avaliação. **Documento Básico - Avaliação das Universidades Brasileiras**: Brasília, 26 nov. 1993.
- SILVA, Ilton Benoni. **Avaliação Institucional na UNIJUÍ: atualidade e limites do PAI**. Texto avulso. UNIJUÍ, 2000.